



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,09% São Paulo	137.799 13/6	R\$ 5,500 (+0,07%)	R\$ 1.518	R\$ 6,312	14,65%	14,82%	Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26
0,1% Nova York	138.716 16/6 17/6 18/6	12/junho 5,542 13/junho 5,541 16/junho 5,486 17/junho 5,496					

COPOM

Lula evita críticas, e aliados atacam BC

O presidente apenas comentou que a economia está crescendo, mesmo com juros altos. Gleisi, por sua vez, condenou os juros “estratosféricos”

» RAFAELA GONÇALVES

Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva evitou fazer críticas ao Banco Central (BC) pelo novo aumento na taxa básica de juros (Selic), aliados e membros do governo reprovaram a postura da autoridade monetária, que optou por prosseguir com o aperto monetário. Na última quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou os juros a 15% ao ano, na 7ª alta consecutiva, renovando o maior patamar da taxa em quase 20 anos. Ontem, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse ser “incompreensível” a postura do BC. “No momento em que o país combina desaceleração da inflação e déficit primário zero, crescimento da economia e investimentos internacionais que refletem confiança, é incompreensível que o Copom aumente ainda mais a taxa básica de juros”, escreveu em sua conta no X. Essa não é a primeira crítica ao aumento de juros da ministra, que até março ano ocupava o cargo de presidente do Partido dos Trabalhadores (PT). A decisão do Copom foi unânime, ou seja, todos os diretores votaram no mesmo sentido, incluindo o presidente Gabriel Galípolo, indicado por Lula. No entanto, Hoffmann não citou o chefe da autarquia. “O Brasil espera que este seja, de fato, o fim do ciclo dos juros estratosféricos”, reiterou. Até o fim do ano passado, o alvo principal das críticas sobre os juros era o ex-presidente, Roberto

Esfera/Divulgação



Aliado do PT, Galípolo colaborou na montagem do programa do governo Lula 3, quando a atual ministra Gleisi era presidente do partido



O Banco Central não pode ignorar o impacto fiscal de sua política monetária. Se dizem que a dívida preocupa tanto, por que a política de juros não considera o custo que ela própria impõe às contas públicas?”

Lindbergh Farias, líder do PT na Câmara

Campos Neto, indicado pelo governo de Jair Bolsonaro, que deixou o cargo em dezembro. O aumento foi impulsionado por uma combinação de pressões inflacionárias persistentes, crescimento econômico acima do esperado e incertezas fiscais no cenário

pré-eleitoral. O Copom sinalizou que pode manter os juros no patamar atual, mas que poderá voltar a aumentar a taxa caso necessário. Ainda no âmbito do governo, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, afirmou ser “difícil de entender a decisão”, enquanto o secretário de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Uallace Moreira, definiu a alta como uma “insanidade total”. Diversos parlamentares da base governista manifestaram preocupação com o impacto da medida. O líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ), definiu a nova taxa de juros como “indecente” e “proibitiva”, desestimulando investimentos no país. “Falamos muito de ajuste fiscal e da dívida pública. Mas o crescimento da dívida não vem dos programas sociais com saúde ou educação — vem do pagamento de juros”, disse em suas redes sociais. “O Banco Central não pode ignorar o impacto fiscal de sua política monetária. Se dizem que a dívida preocupa tanto, por que a política de juros não considera o custo que ela própria impõe às contas públicas?”, indagou o parlamentar,

que também fez críticas ao sistema tributário desigual. Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, o deputado Rogério Correia (PT-MG), afirmou que cada ponto percentual da Selic custa R\$ 38 bilhões aos cofres públicos. “Esse dinheiro vai direto para os bancos, para o sistema financeiro e para os juros da dívida”, destacou. “Falamos em responsabilidade fiscal, mas não há qualquer sinal de que o compromisso com o crescimento do país seja compartilhado por todos os atores.” Tom moderado Ontem, em entrevista no Podcast Mano a mano, Lula manifestou-se, defendendo o decreto do governo que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), mas se esquivou de falar sobre a decisão do Copom. Com o BC agora sob o comando por um aliado, o presidente vem adotando um tom mais moderado, evitando críticas diretas aos juros altos. Em conversa com a imprensa, no início deste mês, o presidente disse acreditar que a autoridade monetária tomaria a “atitude certa” e que a Selic deveria começar a cair em breve, sinalização inversa à dada nesta

última reunião. Questionado sobre uma pausa nas críticas do Planalto sobre o patamar da Selic, Lula ironizou e afirmou que o cenário sobre os juros “já estava precificado”. “Acho que eu não critico os juros porque é o (Gabriel) Galípolo está lá? Não é por conta disso, é porque, quando a gente discute no governo o que está acontecendo, é porque já estava precificado. A gente já sabia que ia acontecer”, disse a jornalistas. “Eu tenho 100% de confiança na idoneidade do companheiro Galípolo. Ele é uma figura muito especial, e eu acho que ele vai dar conta do recado, fazendo aquilo que é necessário fazer”, reiterou o chefe do Executivo. Lula ponderou que, mesmo com os juros altos, a economia está crescendo. “Os juros estão muito altos. Agora, é engraçado, porque mesmo com juros tão altos, a economia continua a crescer”, comentou o petista, que criticou, ainda, a avaliação de que o crescimento da economia pode levar a um aumento da inflação. “Se para controlar a inflação for preciso ter fome, não é possível a gente aceitar, é preciso encontrar outro jeito para controlar a inflação.”

Coaf tem novo presidente

» VANILSON OLIVEIRA

O delegado da Polícia Federal (PF) Ricardo Andrade Saadi assumirá, a partir de 1º de julho, a presidência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), em substituição a Ricardo Lião, que estava no cargo desde agosto de 2019 e deixa a função a pedido. A nomeação foi divulgada ontem, pelo Banco Central. Com uma carreira de mais de duas décadas dedicada ao enfrentamento de organizações criminosas, lavagem de dinheiro e corrupção, Saadi chega ao Coaf trazendo uma ampla experiência no setor de inteligência financeira. Atualmente, ocupa a diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção da PF e já atuou como conselheiro do próprio Coaf, além de ter comandado unidades especializadas da PF em São Paulo e em Brasília. Em nota, o presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Galípolo, agradeceu a Ricardo Lião pelos serviços prestados ao longo de quase cinco anos na presidência do Coaf. “Agradeço a Ricardo Lião, servidor aposentado desta casa, pelos serviços prestados, reconhecendo e valorizando todo o empenho, dedicação e profissionalismo com que conduziu suas funções ao longo do período em que se dedicou ao Coaf”.

Outro trecho do documento diz que Ricardo Andrade Saadi trará importante contribuição para a entidade. “Sua larga experiência contribuirá para a missão do Coaf de produzir inteligência financeira e de supervisionar os setores econômicos sob competência do órgão para proteção da sociedade contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa”, afirma a nota. O delegado também atuou em cooperação internacional, incluindo trabalhos junto à Europol, na Holanda.

COP 30

Tânia Rêgo/Agência Brasil



A procura fez os preços das diárias subirem abusivamente em Belém

Corrida por hospedagens em Belém

A presidência brasileira da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30, vem enfrentando um sério desafio do déficit de hospedagens e preços abusivos frente à demanda do evento, que será realizado, em novembro, em Belém (PA). Em coletiva de imprensa na Conferência de Bonn, na Alemanha, o governo garantiu que deve oferecer leitos a US\$ 100 por dia, o equivalente a aproximadamente R\$ 550. Segundo Valter Correia, secretário extraordinário para a Conferência da Casa Civil da Presidência da República (Secop), foram mapeados 29 mil quartos, com 55 mil camas, inclusive em navios de cruzeiro e prédios públicos. Ele diz que o governo está realizando um mapeamento, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), dos valores praticados em diárias normais nos últimos cinco anos, os valores

praticados durante o Círio de Nazaré, maior evento popular sediado em Belém, e os preços praticados para a COP. “Estamos tentando chegar a preços razoáveis, seja lá o que for que isso signifique. Mas sabemos que isso não pode superar os valores praticados no Círio, por exemplo, que é o maior evento e mais impactante da cidade. Então, nada acima disso eu considero razoável”, afirmou Correia. A coletiva foi convocada para tratar especificamente de temas logísticos e de infraestrutura sobre a COP30 em Belém. A Conferência de Bonn, chamada oficialmente de Sessão de Meio de Ano da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês), é uma etapa crucial na preparação do encontro sediado no Brasil. O governo brasileiro tem ouvido cobranças de delegações e grupos

de desenvolvimento de outros países. Há um receio de que a COP se torne um palco exclusivo para o setor privado, esvaziando o espaço de participação da sociedade civil e comprometendo a legitimidade das decisões climáticas, diante da dificuldade para reserva de alojamentos. De acordo com Valter Correia, a intervenção direta no mercado, no sentido de requisitar leitos e ordenar a hospedagem, não foi em nenhum momento cogitada. Ao invés disso, o governo busca informações sobre preços e reservas de hotéis para entender a dinâmica de custos e quem está reservando quartos. “Essas informações diretas sobre reservas são negadas devido a sigilo, o governo está utilizando a Senacon para obter dados e potencialmente negociar preços mais justos”, explicou o secretário, que ameaça de sanções legais como último recurso, caso as negociações

falhem, mesmo que tais punições possam ocorrer após o evento.

Plataforma

Na tentativa de conter as pressões sobre as acomodações, a Bnetwork foi contratada para ser a plataforma oficial de hospedagem, que reunirá opções de hotéis, imóveis e até navios para acomodar os participantes do evento. A empresa, que será responsável por organizar a oferta de leitos e facilitar reservas para participantes da conferência, já atuou em outras edições da COP, em Dubai, nos Emirados Árabes, e em Baku, no Azerbaijão. O secretário admitiu que houve uma falha que atrasou o lançamento da plataforma, mas que estará no ar no fim do deste mês. Inicialmente com a oferta de 2,5 mil quartos, a expectativa é de que o número aumente à medida que o governo concluir as negociações com os hotéis e os proprietários privados que estão alugando imóveis. (RG)